

“VERDADEIROS ACTUÁRIOS” – SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ACTIVIDADE DE ACTUÁRIO NA 1.^a METADE DO SÉCULO XX

Ana Patrícia Martins

Escola Superior de Educação de Viseu / CIUHCT (Portugal)

Sobre a actividade de actuário em Portugal na 1.^a metade do século XX, serviu-nos de motivação o panorama a seguir, apresentado em meados da década de 1930 no jornal *Arquivo Financeiro e Segurador* (AFS) (1934–1943):

“Sejam quais forem as suas proveniências, e elas são bem variadas, o que é certo é que os actuários portugueses vivem num completo isolamento. Cada qual trabalha como entende, seguindo as directrizes que o seu saber e a sua inteligência lhe ditam, sem que um intercâmbio intelectual e científico estabeleça unidade de vistas e uniformidade de processos [...]”

Jornal mensal dedicado à actividade seguradora, o AFS teve como patrono Fernando Brederode (1837–1939), figura incontornável da indústria de seguros Vida em Portugal desde inícios do século XX. Essa ligação transparece na linha editorial do AFS, pela frequência de artigos sobre seguros Vida.

Os artigos “O Actuário”, “A responsabilidade do actuário” e “Verdadeiros actuários e actuários completos” são escritos por José António Queiroz de Barros (1909–c.1985), licenciado em Matemática (pela Universidade de Lisboa (UL)) e actuário desde 1928, e neles abordam-se temas como a regulamentação da profissão de actuário e o associativismo. (Publicados no AFS em Abril e Julho/1936 e Setembro/1937.) Barros considera como “verdadeiros actuários todos aqueles que são matemáticos, ainda mesmo que não sejam formados em matemática” e, acrescenta, devem possuir “vastos conhecimentos de economia política e social, de estatística e contabilidade”. Destaca as figuras de Brederode, bacharel em Filosofia, pela Universidade de Coimbra (UC) (onde frequentou cadeiras do curso Matemático, a par do curso Filosófico), António dos Santos Lucas (1866–1939) e Luciano Pereira da Silva (1964–1926) (os últimos, doutores em Matemática). Ou, mais recentemente, os licenciados em Matemática Luís Filipe Leite Pinto (1904–1997) e Pedro Teotónio Pereira (1902–1971). A seu ver, as “tradições do actuariado português” justificam que, para além de diplomados com o Curso de Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), uma regulamentação da profissão admitisse o acesso a licenciados em Matemática pelas Faculdades de Ciências.

(À data, existiam em Portugal três Faculdades de Ciências, nas UC, UL e Universidade do Porto. A instrução em Actuariado em Portugal — em Lisboa